

SIP pede punição de crimes contra imprensa

No relatório final de reunião na Espanha, entidade denuncia crescente clima de ameaça de governos autoritários contra meios de comunicação

Luciana Nunes Leal

ENVIADA ESPECIAL / CÁDIZ, ESPANHA

Assassinatos, agressões e ameaças a jornalistas e a ação sistemática de governos contra meios de comunicação independentes são os principais problemas da imprensa nas Américas, informa o documento final da Reunião de Meio de Ano da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), encerrada ontem. Foram aprovadas resoluções específicas para nove países, entre os quais Brasil, México, Argentina, Equador e Venezuela.

Após quatro dias de debates entre representantes de jornais de 25 países, a SIP apontou medidas governamentais que visam ao cerceamento do trabalho jornalístico e citou leis para controle dos meios de comunicação. As autoridades brasileiras, pediu providências para que os homicídios não fiquem impunes. O Brasil foi representado na reunião por Paulo de Tarso Nogueira, consultor do **Estado**.

O documento conclusivo protesta contra “governos de ori-

gem democrática, porém autoritários, que utilizam os meios de comunicação estatais para perseguir e difamar a mídia independente” e aponta que “Venezuela, Equador, Argentina, Bolívia e Nicarágua enfrentam problemas comuns em mãos de presidentes arbitrários e intolerantes que tentam calar a imprensa crítica”.

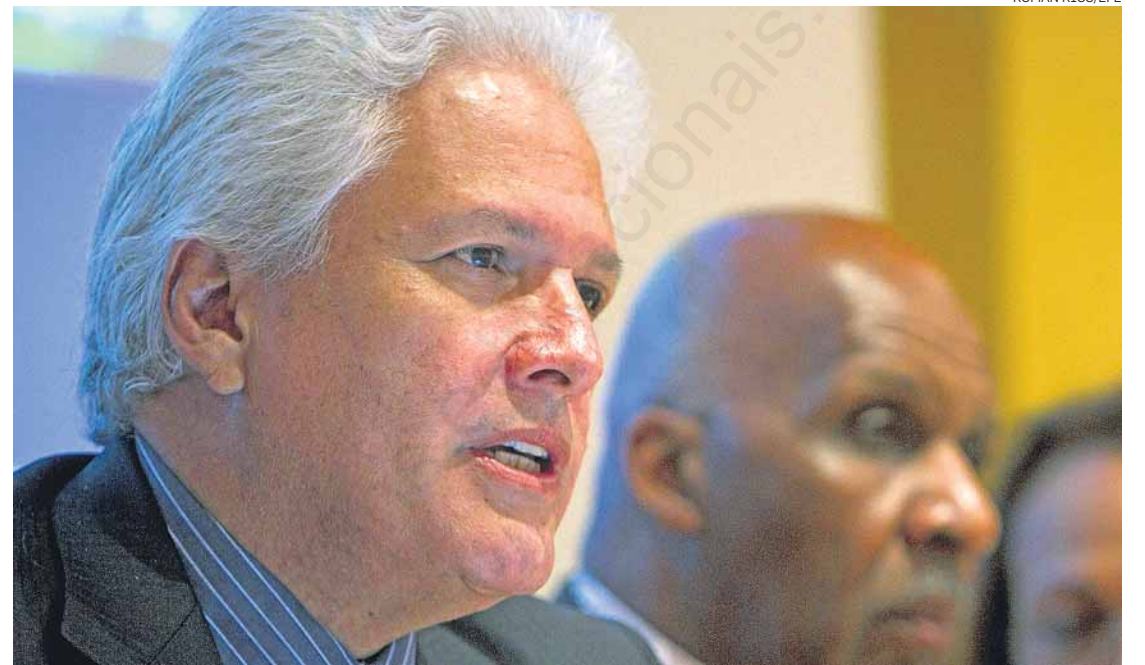
‘Perdão’. Um dos casos mais preocupantes é a decisão do presidente equatoriano, Rafael Correa, de definir a informação como um serviço público – passível, portanto, do controle do Estado. A SIP cita o caso de dirigentes do jornal *El Universal* que foram condenados a três anos de prisão em ação movida por Correa, que, depois da sentença, anunciou o “perdão” aos jornalistas, o que encerrou o processo.

No caso da Venezuela, a SIP enfatizou “o caráter totalitário do governo, liderado pelo presidente Hugo Chávez”, citou a cláusula constitucional da “informação veraz”, que serve de base para a censura a reportagens, e lembrou da dificuldade de acesso a informações oficiais. Por isso, in-

cluiu na resolução final a “exigência de que o presidente Chávez e seus ministros forneçam acesso às fontes de informação”.

“O mais lamentável que pode ocorrer é que os meios de comunicação cedam a esses regimes”, disse o presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa e de Informação da SIP, Gustavo Mohme, do jornal *La República*, de Lima. A SIP fez uma série de solicitações também ao governo argentino, como o fim da “política de perseguição e estigmatização dos meios de comunicação e jornalistas não alinhados ao sistema de comunicação oficial”.

As conclusões da SIP relatam ainda o aumento de agressões e prisões de dissidentes em Cuba; no México, a maior preocupação é com as 29 agressões a jornalistas nos últimos seis meses. “No caso dos homicídios, o problema é que muitos não são investigados e ninguém é responsabilizado. Esperamos uma Justiça autônoma, mas lamentavelmente em alguns países ela está submetida ao Executivo e ao Legislativo”, disse o presidente da SIP, Milton Coleman, do *The Washington Post*.



Futuro. Gustavo Mohme denunciou cenário ‘sombrio’, na AL, para a liberdade de expressão

ENTREVISTA

Jaime Mantilla,
vice-presidente da SIP

‘Fui condenado por não revelar nomes e fontes’

CÁDIZ

Diretor do jornal *Hoy* e vice-presidente da SIP, o jornalista equatoriano Jaime Mantilla foi condenado, em dezembro, a três meses de prisão pela publi-

cação de artigos contra o presidente do Banco Central, Pedro Delgado. Primo do presidente Rafael Correa, Delgado anunciou o perdão e desistiu do processo. Mantilla rejeita o perdão, mas não consegue levar adiante o recurso contra a condenação.

● Por que o sr. rejeita o perdão?
Porque não tenho nenhuma culpa de nada. Me condenaram porque não revelei os nomes dos jornalistas que fizeram o artigo nem a fonte da informação. A Constituição me dá esse direito. Quando faltavam dez

dias para caducar a ação, porque se completariam dois anos, veio uma decisão.

● O sr. pode recorrer?
Recorri, mas me negaram porque o senhor Delgado me perdoou. O processo está parado, simplesmente o paralisaram. É a manipulação da Justiça que existe no Equador.

● Acredita que o governo vai aprovar a Lei de Comunicação?
Lamentavelmente a lei vai ser aprovada. O presidente vai impor a lei que ele quiser. /L.N.L.

Relatório aponta assassinatos e censura

CÁDIZ

Dos cinco assassinatos de jornalistas ocorridos nos últimos seis meses, três estão relacionados ao exercício profissional, informa o relatório do Brasil aprovado ontem pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Segundo o documento, este dado “não corrobora” a informação do Itamaraty de que a maioria dos casos de homicídios de jornalistas não tem ligação com a atividade. A afirmação do Ministério das Relações Exteriores foi feita em resposta a uma consulta da Associação Nacional de

Jornais (ANJ) sobre as razões que levaram o País a votar contra a aprovação da resolução da Unesco que garante mais segurança a jornalistas do mundo todo. O documento final da Reunião de Meio de Ano da SIP faz menção à preocupação brasileira com a decisão do governo.

O Itamaraty informou à ANJ que não é contra o plano, mas se opôs à aprovação do texto sem que houvesse contribuições dos países. Cuba, Venezuela, Índia e Paquistão também não assinaram a resolução. O informe brasileiro citou ainda 27 casos de crimes contra a imprensa.

Censura. As reiteradas censuras judiciais foram outro ponto de destaque do relatório apresentado pelo representante do Brasil no encontro de Cádiz, Paulo de Tarso Nogueira, consultor do **Estado**. “É crescente a ampliação do poder discricionário dos magistrados, especialmente os de 1.º grau, no julgamento de ações de antecipação de tutela, preparação de dano moral e do exercício do direito de respos-

ta”, afirmou Nogueira, integrante da Comissão de Liberdade de Imprensa e Expressão da SIP. Ele destacou que a morosidade da Justiça não apenas contribui para a impunidade como prolonga a censura, por causa da demora no julgamento dos recursos.

O informe apontou como ponto positivo a sanção, pela presidente Dilma Rousseff, da Lei de Acesso à Informação, que começa a vigorar em maio. /L.N.L.